



nosi
we believe in...

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2019



**CABO VERDE AS
A REGIONAL ICT HUB**



CONNECTIVITY HUB

Guaranteeing equitable access for all, both in terms of infrastructure, broadband and service quality



SERVICE PROVISION HUB

Positioning Cape Verde as an international services center and a "Gateway to Africa" for key international and national companies in the sector



CAPACITY BUILDING HUB

Supporting specific training programs and courses on the ICT sector, and introducing ICTs at every academic level

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE EM 2019	4
O NOSI HOJE	5
Missão	5
Visão	5
Modelo de Governo	5
Modelo organizacional	6
Organograma funcional	7
CAPITAL HUMANO BALANÇO SOCIAL	8
Evolução 2014–2019	8
Relação jurídica de emprego	9
Distribuição por área/direção funcional	9
Distribuição por género	10
Distribuição por nível de habilitações	10
Distribuição por antiguidade	11
Distribuição por estrutura etária	11
Valor social, organizacional e cultural	12
CONTAS 2019 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
Balanço	15
Demonstração de Resultados por Natureza	16
Demonstração de Fluxo de Caixa	17
Demonstração de Alteração de Capital Próprio	18
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DEZEMBRO DE 2019	19
Identificação da Entidade	19
NOTA 0 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	20
NOTA 1 – Resumo das Principais Políticas Contabilísticas Adotadas	20
Outras Políticas Relevantes	21
NOTA 2 – Fluxo de Caixa	26

NOTA 3 – Ativos Fixos Tangíveis	26
NOTA 4 – Ativos Intangíveis	27
NOTA 5 – Clientes	27
NOTA 6 – Estado e Outros Entes Públicos	28
NOTA 7 – Diferimentos	28
NOTA 8 – Outras Contas a Receber	28
NOTA 9 – Caixa e Depósitos Bancários	29
NOTA 10 – Capital Próprio	29
NOTA 11 – Financiamento Obtido	29
NOTA 12 – Fornecedores	30
NOTA 13 – Estado e outros Entes Públicos	30
NOTA 14 – Outras Contas a Pagar	32
NOTA 15 – Vendas e Prestações de Serviços	32
NOTA 16 – Subsídio à Exploração	32
NOTA 17 – Fornecimentos e Serviços Externos	33
NOTA 18 – Pessoal	34
NOTA 19 – Outros Rendimentos e Ganhos	34
NOTA 20 – Outros Gastos e Perdas	35
NOTA 21 – Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortizações	35
NOTA 22 – Juros e Perdas Similares	35
NOTA 23 – Resultado Líquido	35
NOTA 24 – Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais Não Reconhecidos nem Divulgados Noutas Notas	36
NOTA 25 – Divulgações Exigidas por Diplomas Legais	36
NOTA 26 – Outras Informações Cujas Divulgações sejam Consideradas Relevantes para Melhor Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados	36
NOTA 27 – Eventos Subsequentes	36
RELATÓRIOS, PARECER ÀS CONTAS E ANEXOS	38
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	38
Constatações do Auditor Independente	42

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O Ano de 2019 caracterizou-se para o NOSi, simultaneamente, como o ano em que se concluiu o Plano de Negócio 2017 – 2019, baseado numa visão do NOSi em ser um “motor confiável de transformação para uma sociedade digital”, e início da execução de um novo Plano de Ação Global Estratégico para Horizonte 2019 – 2022, numa visão do NOSi em ser um agente determinante da era do *Fast IT* em Cabo Verde, aproveitando as melhores soluções tecnológicas e colocá-las em prol de um serviço público mais responsivo e inclusivo.

O ano ficou marcado por um reforço assinalável do processo de reestruturação do NOSi, que vem acontecendo desde 2016, iniciado, com o Plano de Emergência que permitiu reforçar recursos e infraestruturas, para manter o SISTEMA da RTPE funcional, face às permanentes *breakdown* geral, complementado posteriormente, com o Plano de Negócio 2017 – 2019, que permitiu, por um lado, redesenhar e implementar o Projeto Parque Tecnológico de Cabo Verde, sendo NOSi como agência responsável pela execução técnica do Projeto, mas também transitoriamente como entidade gestora do Parque Tecnológico, facto que o permitiu conceber e implementar os programas NOSiAkademia (Estágios Profissionais, Certificações, JumpStart e TICseed), WebLab, Castelon e Julião Vale – *Real Estate to Brain Estate*, por outro lado, o referido plano de negócio permitiu redesenhar e executar o Projeto e-Gov II, que veio garantir a estabilidade do SISTEMA da RTPE e implementar a renovação do Capital Humano no NOSi e a dinamização de uma apreciável mobilidade de lideranças intermédias.

A entrega do Projeto e-Gov II, aconteceu no Liceu Fulgêncio Tavares, concelho de São Domingos, num ato presidido pelo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças, Dr. Olavo Correia e que contou com as presenças da Senhora Ministra da Educação e Ministra da Família e Inclusão Social, Dra. Maritza Rosabal Penã, do Senhor Secretário de Estado para Inovação e Formação Profissional, Pedro Lopes, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Domingos, Dr. Clemente Garcia, do Senhor Embaixador da República Popular da China em Cabo Verde, Sr. Du Xiaogong, além de representantes de diversas entidades públicas e privadas. O NOSi entregou com sucesso a instalação de novos equipamentos no Data Center; fornecimento de 44 infraestruturas de laboratórios WebLabs em todos os concelhos do país; ligação de cerca de 18 km de Redes de Fibra Ótica em diversas escolas secundárias e em algumas instituições públicas centrais; estruturação das Redes Locais e instalação de Redes Wi-Fi em mais de 300 instituições.

Ainda, no âmbito da implementação do Plano de Negócio 2017 – 2019, o NOSi conseguiu atingir e nalguns casos superar com sucesso os principais objetivos estabelecidos para o ano de 2019.

Os resultados líquidos cresceram expressivamente (68,52%) face aos valores apresentados no final de 2018, devendo este resultado à prossecução da estratégia de diversificação de receitas, e sobretudo, à uma forte racionalização dos custos de estrutura. Neste aspeto, é de realçar a determinação e o esforço do anterior Conselho de Administração em adequar a organização para uma abordagem de gestão mais empresarial, procurando simultaneamente, orientá-la para uma atuação baseada nos conceitos de Arquitetura da Informação e de Processo, que, além de ter melhorado os resultados da instituição, veio garantir uma Governação Eletrónica (e-Gov) em Cabo Verde mais ajustada aos objetivos pretendidos para a sua aplicação a cada setor de governação e para o desenvolvimento e aceleração da sociedade digital.

Não obstante uma significativa diminuição (-19,90%) dos recebimentos de clientes, fruto sobretudo, da suspensão das transferências correntes contratualizadas entre NOSi e o Estado, no montante de 61 463 900,00 ECV correspondente às receitas consignadas pelos serviços que o NOSi presta no processo de produção e emissão de Passaporte Eletrónico e Cartão Nacional de Identificação, os fluxos de caixas das atividades operacionais registaram um valor positivo de 26 424 871,00 ECV.

Prosseguiu-se igualmente com o redimensionamento da estratégia de internacionalização do NOSi, e no que respeita ao crédito em incumprimento, apesar de um grande esforço para redução deste tipo de ativos do balanço, o rácio de crédito “*non performing*” continua elevado, e este facto constitui um dos grandes desafios deste Conselho de Administração.



CARLOS ALBERTO TAVARES PINA
(Presidente do Conselho de Administração)

Acontecimentos em destaque em 2019

- **Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia (PEP-IT)** implementado pelo NOSiAkademia com dois eixos de atuação: (1) Certificação e (2) Estágios profissionais com valências JumpStart e TICSeed, duplicou o número de vagas (total de 48 estagiários por edição trimestral, com a duração de 6 meses). O PEP-IT enquadra-se na missão do NOSI de promover o mercado TIC e a empregabilidade, tendo em conta a necessidade de integrar no mercado a capacidade jovem, formada pelas Academias, com base na igualdade de oportunidade de acesso. Trata-se de um programa de estágio acompanhado, remunerado e com elevada taxa de empregabilidade.
- **PAYLOG** a plataforma de mercado de compra e venda dos direitos e obrigações derivados de contratos públicos, desenvolvida e implementada em parceria com a Unidade de Tecnologia, Inovação e Comunicação do Ministério das Finanças.
- **Retiro de trabalho e convívio entre colaboradores NOSi** sob o lema “Preparar e agir com confiança”. Para além do convívio entre os colaboradores, o CA aproveitou para partilhar a nova estratégia e o novo modelo orgânico e funcional para o triénio 2019-2022.
- **Nova Estratégia, Objetivos e Estrutura Orgânica e Funcional do NOSi**, no âmbito dos estatutos do NOSI E.P.E. num contexto cada vez mais volátil, que impõe um forte alinhamento da Estrutura Orgânica e Funcional com a Estratégia e Objetivos de Negócio, desenhou-se uma nova estrutura orgânica e funcional em linha com a estratégia e objetivos para o triénio 2019-2022, bem como, as funções e competências para assegurar as atividades num novo paradigma organizacional.
- **Reorientação estratégica do desenvolvimento do igrpweb**, no quadro da reorientando das suas estratégias e decisões no contexto do mundo digital em que o NOSi tem de gerar mais valor e criar vantagens competitivas através da inovação e criação de uma vasta comunidade nacional e internacional de investigação e desenvolvimento à volta do framework de Governo Digital, o igrpweb passou a estar disponível num modelo de negócio *open source* e totalmente gratuito ao público.

O NOSi hoje

Missão

NOSi, EPE tem por missão, liderar a transformação tecnológica no setor público cabo-verdiano para melhorar a vida dos cidadãos e promover colaborações inovadoras entre as empresas.

Visão

NOSi, EPE propõe ser um agente determinante da era do *Fast IT* em Cabo Verde, aproveitando as melhores soluções tecnológicas e colocá-las em prol de um serviço público mais responsivo e inclusivo.

Modelo de Governo

O modelo de Governo do NOSi baseia-se na orientação estatutária de 2014, composto pelos seguintes Órgãos Sociais:

Conselho de Administração

Presidente

Carlos Alberto Tavares Pina

Administradores Executivos

Mayra Suely Santos Silva

Victor Manuel Lopes Varela

Fiscalização

Fiscal Único – Efetivo

Luís Aguiar – Revisor Oficial de Contas

Mesa Assembleia Geral

Presidente

Leonilde Tatiana Santos

Modelo organizacional

O NOSi estrutura em Direções e Áreas Funcionais sob orientação de um modelo organizacional matricial sob três pelouros. As estruturas orgânicas são flexíveis e mais orientadas aos projetos e definiu-se um conjunto de novas competências.

As funções e atribuições na Direção ou Área Funcional, poderão ser:

- Diretor / Project Management Officer
- Project Manager
- Team Leader
- Team Member

Na dependência direta do Conselho de Administração ficam as seguintes Direções Funcionais e Áreas de Projetos:

- Estratégia, Pessoas e Organização (EPO)
- Government Applications
- Inovação de Negócio

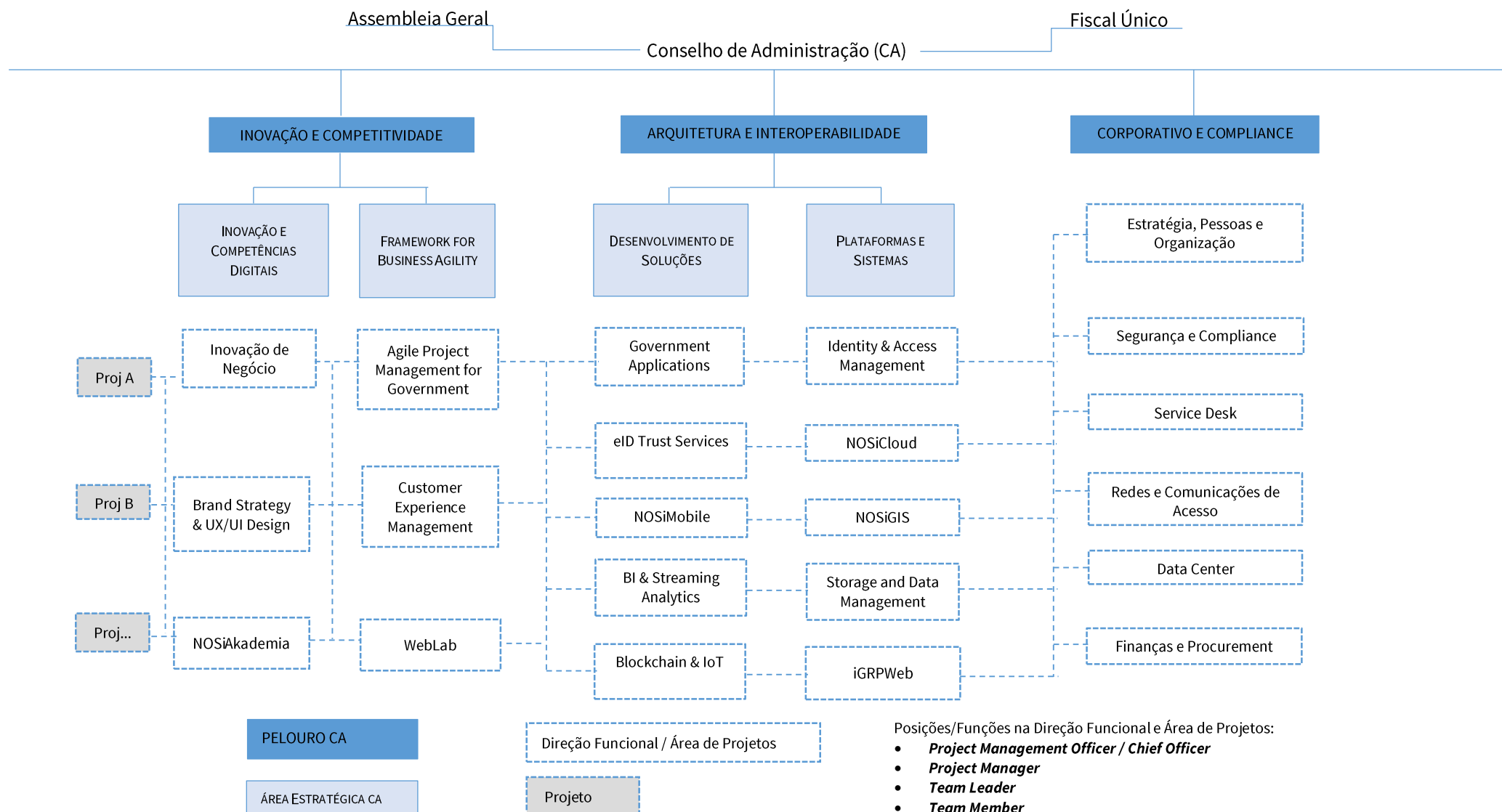
Pelouro Arquitetura e Interoperabilidade subdivide em áreas estratégicas:

- Desenvolvimento de Soluções
- Plataformas e Sistemas

Pelouro Inovação e Competitividade subdivide em áreas estratégicas:

- Inovação e Competências Digitais
- Framework for Business Agility

Organograma funcional



Capital Humano | Balanço Social

Evolução 2014–2019

O NOSi vem implementando programas de políticas de estágios profissionais, priorizando o recrutamento através de absorção de estagiários, com impacto positivo na renovação do seu quadro de pessoal e na produtividade organizacional.

Em 31 de dezembro de 2019, o quadro geral dos colaboradores, registava um total de 223 colaboradores sendo, 3 contratos de Gestão em regime de comissão de serviço, 1 órgão social Fiscal Único, e restantes 219 em contrato Trabalho a Termo, 8 em regime de contrato de prestação de Serviços e 71 estagiários, conforme mostra o gráfico 1 a seguir.



Gráfico 1 - Evolução de Recursos Humanos 2014-2020

Relação jurídica de emprego

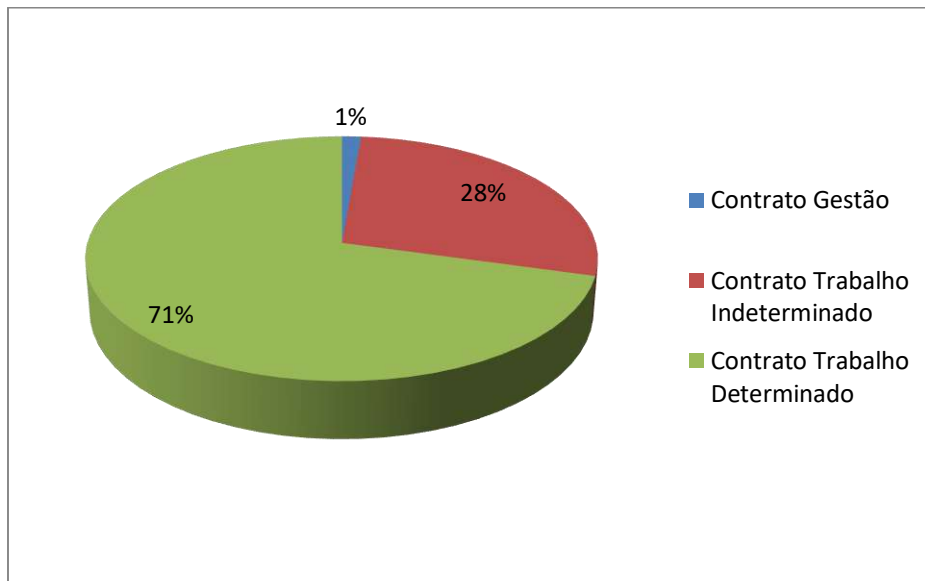


Gráfico 2 – Distribuição Vínculo Laboral

Distribuição por área/direção funcional

De referir que o WebLab tem um peso de 21% no total dos colaboradores do NOSi. Esta área de Projetos integra 43 monitores que estão em Escolas Secundárias, e 2 técnicos afetos ao Projeto, de seguida a Direção de Rede e Comunicação, representa 11% e direção de Service Desk representado 9% de colaboradores.

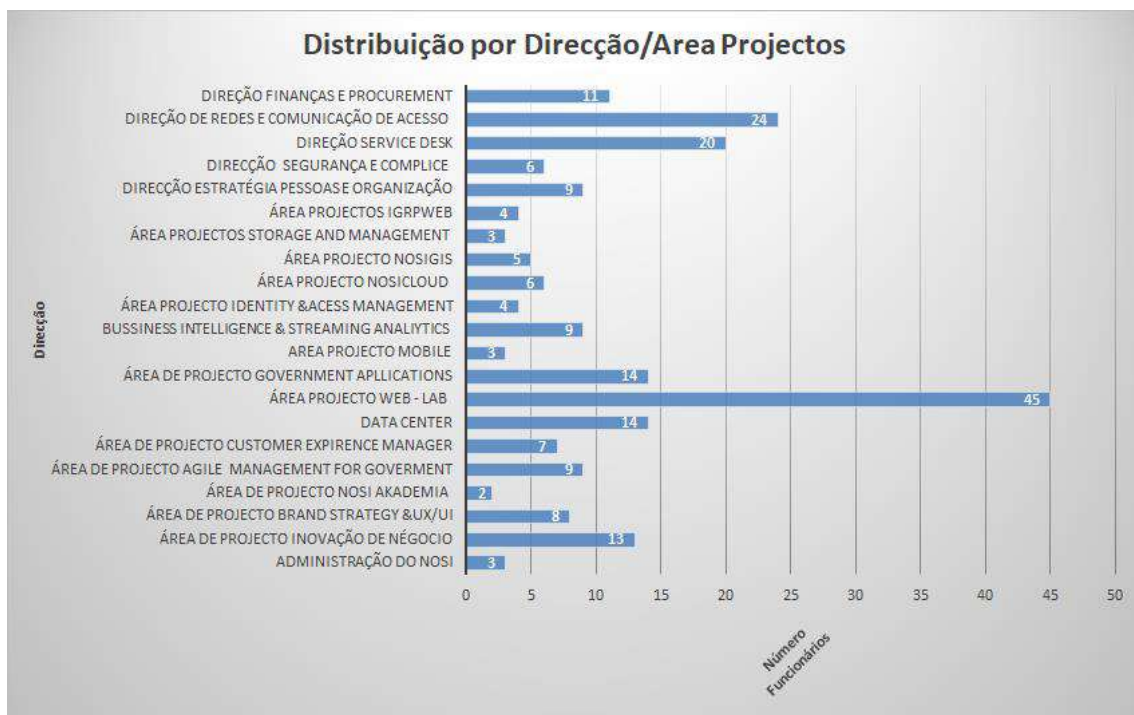


Gráfico 3 – Distribuição por Direção Área

Distribuição por género

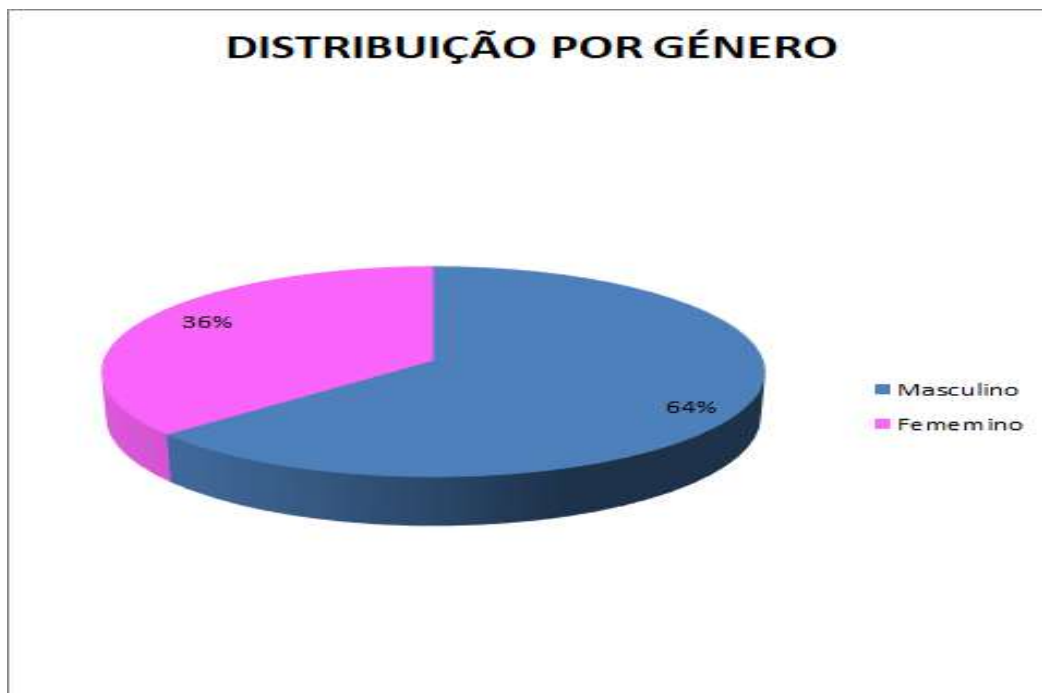


Gráfico 4 – Distribuição por género

Distribuição por nível de habilitações

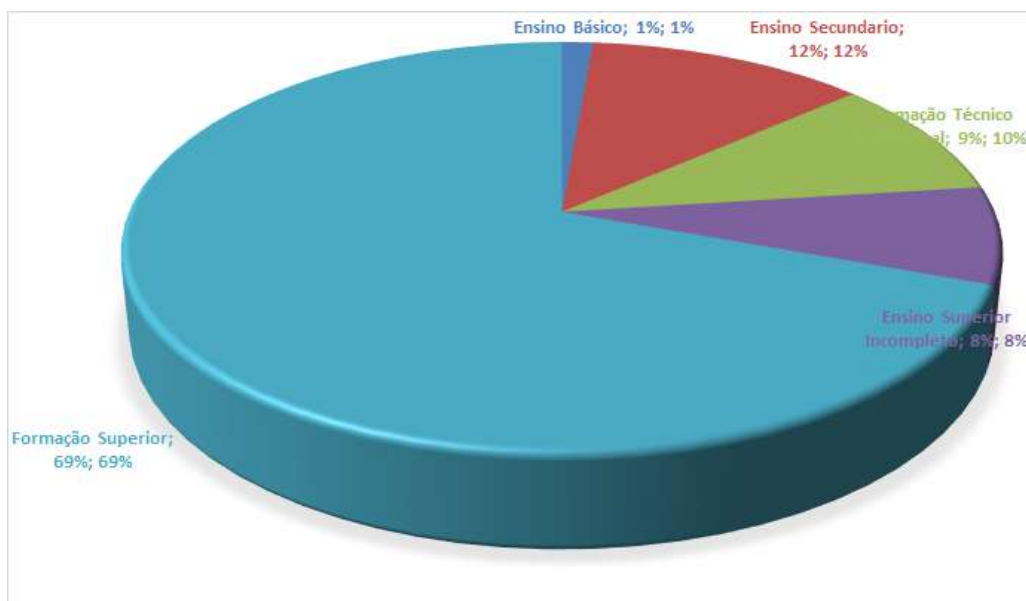


Gráfico 5 – Distribuição por Habilitações L^{iterária}

Distribuição por antiguidade

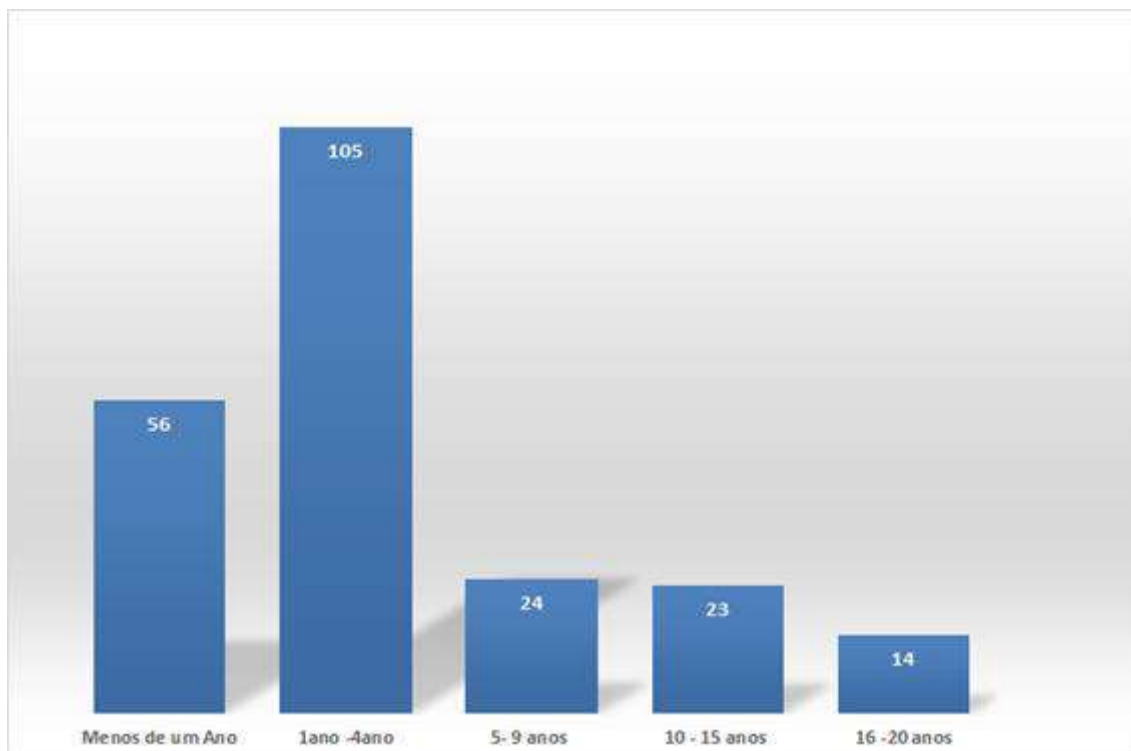


Gráfico 6 – Distribuição por Habilitações Literária

Distribuição por estrutura etária

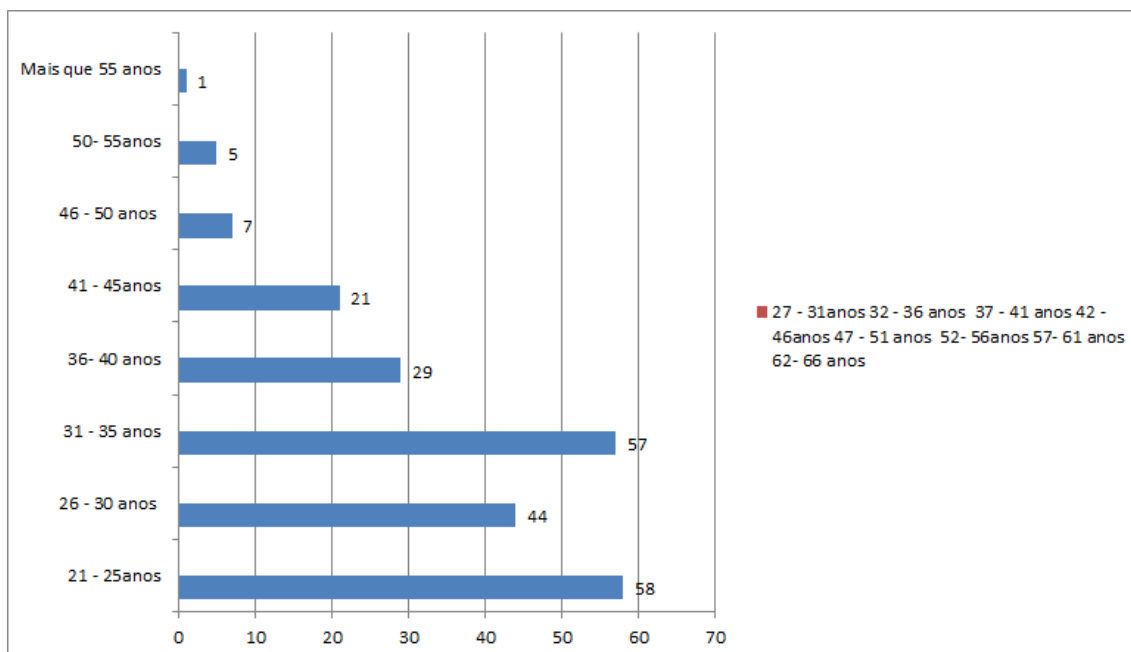


Gráfico 7 – Distribuição por Habilitações Literária

Valor social, organizacional e cultural

O NOSi tem promovido práticas na resposta aos problemas e desafios da sociedade, procurando estar presente no apoio direto a várias iniciativas da sociedade.

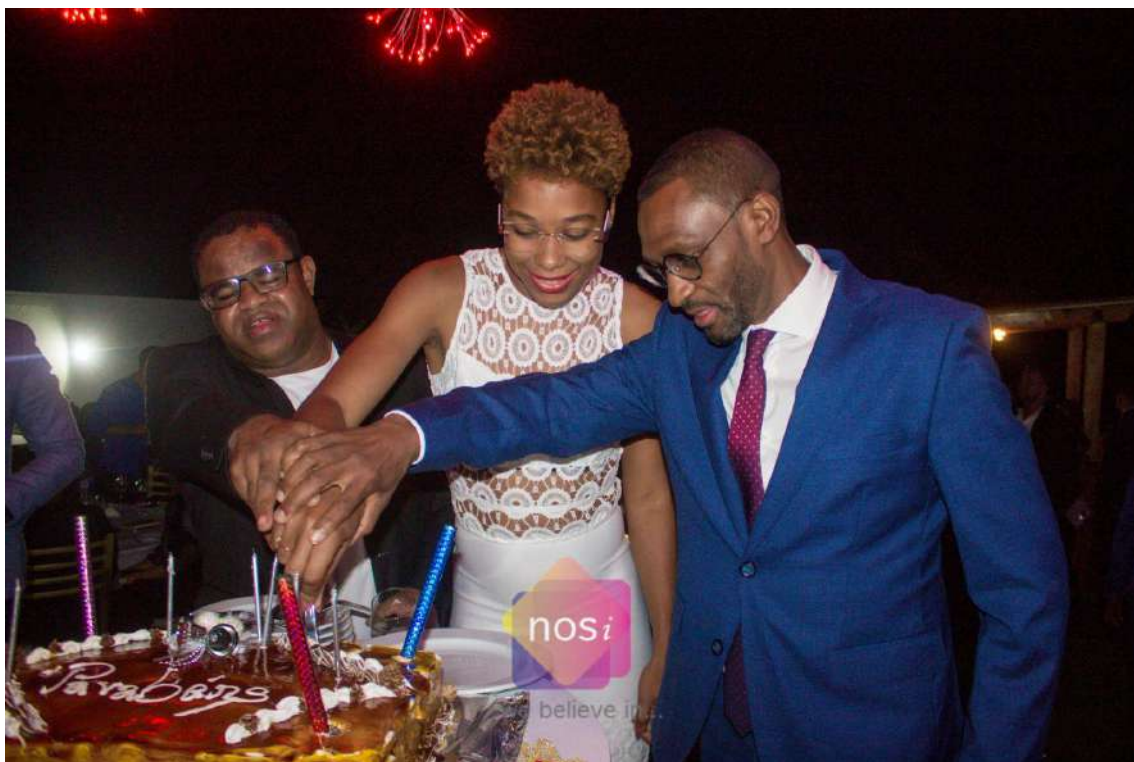
Mas também tem incentivado os colaboradores nestas práticas, por exemplo, “NOSiCorason” é uma iniciativa interna que tem contado com forte engajamento dos colaboradores e estagiários. Visa, essencialmente, cultivar e reforçar o espírito solidário e ajudar os que mais precisam. Ou seja, “NOSiCorason” visa descobrir a emoção de ajudar o próximo através da escolha de um bilhete que permita habilitar o colaborador a ganhar uma quantia em dinheiro, para fazer uma ação social.

Tem apostado ainda em diversas estratégias para estimular interação entre os colaboradores, promovendo a integração dos novos profissionais e incutindo melhoria contínua nas relações interpessoais, para um bom ambiente organizacional. A seguir algumas atividades desenvolvidas em destaque em 2019.

Retiro - Achada Colaço



Jantar de Natal



Open Talk



Contas 2019 | Demonstrações Financeiras

Balanço

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE			
Designação da Entidade:	Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.		
Número de Identificação Fiscal:	270 149 503		
BALANÇO EM 01 de JANEIRO DE 2019 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019			
Moeda: CVE			
RUBRICAS	NOTAS	DATA REFERÊNCIA	
		31-12-2019	31-12-2018
		VALORES	VALORES
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis			
Terreno e Recurso Naturais Achada Grande Frente		22 036 676	22 036 676
Equipamento básico		405 593	2 036 357
Equipamento de transporte		3 059 729	3 734 717
Equipamento administrativo		3 629 262	6 401 800
Outros ativos fixos tangíveis		3 959 473	1 606 973
Total de Ativo Fixo Tangível	3	33 090 733	35 816 523
Ativos Intangíveis		2 132 387	5 603 625
Total de Ativo Intangível	4	2 132 387	5 603 625
Total do Ativo Não Corrente		35 223 120	41 420 148
Ativo Corrente			
Inventários		-	8 696
Clientes	5	635 598 151	546 179 106
Adiantamento á Fornecedores		-	100
Estado e outros entes públicos	6	21 417 193	21 222 750
Diferimentos	7	4 716 517	14 408 889
Outras contas a receber	8	212 797 909	127 864 265
Caixa e depósitos bancários	9	53 006 664	42 735 311
Total do Ativo Corrente		927 536 434	752 419 117
Total do Ativo		962 759 554	793 839 265
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital estatutário		50 000 000	50 000 000
Outras variações no capital próprio		294 213 011	294 213 011
Resultado Transitado do exercício anterior	-	40 674 899	49 137 990
Resultado líquido do período		26 883 644	8 463 091
Total do Capital Próprio	10	330 421 756	303 538 112
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Financiamento Obtido	11	168 491 095	168 491 095
Passivo Corrente			
Fornecedores	12	412 605 852	277 428 587
Estado e outros entes públicos	13	13 020 979	13 993 068
Outras contas a Pagar	14	38 219 872	20 557 428
Diferimentos		-	9 830 975
Total do Passivo Corrente		463 846 703	490 301 153
Total do Passivo		632 337 798	490 301 153
Total do Capital Próprio e do Passivo		962 759 554	793 839 265

O Contabilista Certificado




O Conselho de Administração



Demonstração de Resultados por Natureza

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE			
Designação da Entidade:	Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.		
Número de Identificação Fiscal:	270 149 503		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS POR NATUREZA			
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 JANEIRO 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010			Moeda: CVE
RUBRICAS	DATA REFERÊNCIA		
		31-12-2019	31-12-2018
	NOTAS	VALORES	VALORES
Vendas e Prestações de serviços	15	528 450 568,00	556 266 787,00
Subsidio de exploração	16	198 862 170,00	178 222 338,00
Resultado operacional bruto		727 312 738,00	734 489 125,00
Fornecimentos e serviços externos	17	-402 562 751,00	-393 350 449,00
Valor acrescentado bruto		324 749 987,00	341 138 676,00
Gastos com o pessoal	18	-274 703 103,00	-254 182 190,00
Outros rendimentos e ganhos	19	12 968 705,00	3 478 563,00
Outros gastos e perdas	20	-6 854 972,00	-2 592 729,00
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		56 160 617,00	87 842 320,00
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	21	-11 237 469,00	-67 417 873,00
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		44 923 148,00	20 424 447,00
Juros e perdas similares	22	-11 902 485,00	-11 811 465,00
Juros e ganhos similares Obtidos			
Resultado antes de Impostos		33 020 663,00	8 612 982,00
Imposto sobre o rendimento do período e tributação autonoma	13	-6 137 019	-149 891
Resultado líquido do período	23	26 883 644,00	8 463 091,00

O Contabilista Certificado




O Conselho de Administração



Demonstração de Fluxo de Caixa

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE			
Designação da Entidade: Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.			
Número de Identificação Fiscal: <u>270 149 503</u>			
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA			
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01-01-201 E 31-12-2019			
Moeda: CVE			
RUBRICAS	DATA DE REFERÊNCIA		
		31/12/2019	31/12/2018
	NOTA	VALORES	VALORES
Método Directo			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		356 904 519,00	427 911 262,00
Pagamentos a fornecedores	2	-95 597 748,00	-302 237 866,00
Pagamentos ao pessoal		-189 489 340,00	-254 182 190,00
Caixa gerada pelas operações		71 817 431,00	-128 508 794,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-24 694 657,00	-5 088 119,00
Outros recebimentos/pagamentos		-20 697 903,00	54 264 936,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		26 424 871,00	-79 331 977,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Activos fixos tangíveis		-5 652 257,00	-969 384,00
Activos intangíveis		-76 760,00	
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-5 729 017,00	-969 384,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	2	1 369 875,00	177 533,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-11 794 376,00	-11 811 465,00
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-10 424 501,00	-11 633 932,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		10 271 353,00	-91 935 293,00
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		42 735 311,00	134 670 604,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	53 006 664,00	42 735 311,00

(1)-O escudo admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de


 o Contabilista Certificado


o Conselho de Administração



Demonstração de Alteração de Capital Próprio

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação da Entidade:	Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.
Número de Identificação Fiscal:	<u>270 149 503</u>
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE JANEIRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019	

Moeda: CVE

DESCRIÇÃO		Notas	Capital Realizado	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Total Capital Próprio
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1		50 000 000	294 213 011	-55 982 559	6 844 569	295 075 021
PERÍODO							
Resultado líquido do período						8 463 091	8 463 091
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
RESULTADO EXTENSIVO	2		0	0	0	8 463 091	8 463 091
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de Capital							0
Outras operações com detentores de capital							0
OUTRAS OPERAÇÕES	3		-	0,00	0		0
	4						
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2018	1+2+3+4	12	50 000 000	294 213 011	-55 982 559	15 307 660	303 538 112
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1		50 000 000	294 213 011	-49 137 990	8 463 091	303 538 112
PERÍODO							
Resultado líquido do período						26 883 644	26 883 644
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
RESULTADO EXTENSIVO	2		0	0	0	26 883 644	26 883 644
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições					40 674 899	-40 674 899	0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				-			-
OUTRAS OPERAÇÕES	3			-	40 674 899	(40 674 899)	-
	4						
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2019	1+2+3+4	12	50 000 000	294 213 011	(8 463 091)	(5 328 164)	330 421 756

o Contabilista Certificado




o Conselho de Administração



Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 dezembro de 2019

Período compreendido entre 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019.

Identificação da Entidade

O Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial (NOSi, E. P.E), é uma entidade pública empresarial dotada de personalidade jurídica, cujo capital é detido 100% pelo Estado de Cabo Verde e tem um valor nominal de 50.000.000 CVE (Cinquenta Mil Escudos Caboverdianos). É uma entidade de âmbito nacional, e fica sediada na cidade da Praia.

De acordo com o Decreto-lei nº 13/2014 de 25 de fevereiro o NOSi, E.P.E. é dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e funciona numa ótica de estrutura de coordenação de projetos que abrange os direitos e obrigações necessárias para promover a inovação e governação eletrónica em todo o território nacional.

Constituem receitas do Núcleo Operacional da Entidade da Informação, Entidade Pública Empresarial:

- a) O produto da prestação de serviços;
- b) As compartições, subsídios ou donativos concedidos, por quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
- c) Os valores cobrados pela frequência de cursos, seminários ou outras ações de formações realizados pelo NOSi, EPE;
- d) Os valores recebidos pela gestão /ou acompanhamento de projetos de investimentos nas diversas atividades do NOSi e;
- e) Quaisquer outras receitas que lhe sejam legalmente atribuídas.

NOTA 0 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro – SNCRF, publicado no B.O. nº 48, I série, de 29 de dezembro de 2008.

De acordo com o normativo, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base nos seguintes pressupostos:

- ✓ Regime de acréscimo, e
- ✓ Entidade em continuidade.

Pelo regime de acréscimo, os gastos e rendimentos foram reconhecidos no período a que respeitam independentemente do seu pagamento e/ou recebimento. Assim, a data de 31 de dezembro foi feita o “corte” das operações e acrescentando todos os gastos e rendimentos associados ao período seguinte de 2019, independentemente de estar, ou não disponível o documento vinculativo.

Quanto a continuidade, não é conhecido qualquer facto que possa implicar a descontinuidade do negócio nos próximos tempos.

NOTA 1 – Resumo das Principais Políticas Contabilísticas Adotadas

As Demonstrações Financeiras do NOSi, E.P.E. foram preparadas de acordo com o SNCRF no pressuposto do princípio de acréscimo e da continuidade.

a) Regime de Acréscimo

A fim de satisfazer os seus objetivos, as Demonstrações Financeiras são preparadas de acordo com o regime de acréscimo. Através desse regime, os efeitos das transações e outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam, informando aos utilizadores da informação financeira sobre as obrigações de pagamento no futuro e de recursos que serão recebidos, para além de mostrar as transações já ocorridas.

b) Continuidade

As demonstrações financeiras são normalmente preparadas no pressuposto de que é uma entidade em continuidade, não havendo intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras do NOSi e respetivas notas deste anexo, são apresentadas em escudos Cabo-Verdianos (CVE), salvo indicação em contrário.

d) Comparabilidade

As demonstrações financeiras são apresentadas de forma comparativa ao período anterior para todas as quantias relevantes relatadas.

Outras Políticas Relevantes

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, acrescido dos gastos adicionais da compra, e eventuais gastos de instalação e outros, até a entrada em funcionamento, líquido das respetivas depreciações acumuladas e imparidades acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método de quotas constantes com imputação duodecimal a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para o uso durante a sua vida útil estimada.

De acordo com a portaria nº 42/2015, as taxas de depreciação anuais médias utilizadas, atendendo o período de vida útil estimado, podem resumir-se como se segue:

Tabela 1 – Taxas Depreciações

Descrição	Taxa
Edifícios e Outras Construções	3% - 5%
Equipamento Básico	5% - 25%
Equipamento de Transporte	13%
Equipamento Administrativo	12,5% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16% - 20%

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis do NOSi, incluem licenças de softwares, as quais são mensuradas inicialmente pelo preço de compra e os custos diretamente atribuíveis de preparação do ativo para o seu uso pretendido.

O método de mensuração subsequente utilizado é o modelo de custo, ou seja, o ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos as amortizações acumuladas e as perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método de quotas constantes, com a aplicação das taxas da tabela a que se refere a portaria nº 42/2015, sendo aplicada em concreto a taxa de 33,33%.

c) Imparidade de Ativos

É efetuada uma avaliação para determinação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que identifiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, a empresa procede a determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade. A quantia recuperável é o mais alto entre o valor realizável do ativo, menos os custos de venda, e o seu valor de uso.

d) Contas a Receber

As contas de “Clientes” e “Outros Contas a Receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal, diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas de Imparidade Acumuladas”, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

e) Contas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

f) Financiamento Obtido

Os financiamentos obtidos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal, líquido dos custos de transação incorridos. São classificados como passivo corrente, exceto nas partes que a entidade tem direito de diferir pelo menos 12 (doze) meses após a data do balanço, as quais se classificam como não corrente.

Os juros dos financiamentos obtidos são capitalizados como parte do custo dos ativos diretamente relacionados, cujo tempo de construção ou produção ultrapassa os 9 meses, caso contrário são reconhecidos como gastos do período, de acordo com o regime do acréscimo.

g) Caixa e Equivalentes de Caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e eventuais descobertos bancários que, a existirem, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica financiamentos obtidos em instituições de crédito e entidades financeiras.

h) Periodização

Os gastos e os rendimentos são reconhecidos quando gerados, e não quando são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras Contas a Pagar”, “Outras Contas a Receber e “Diferimentos”.

i) Transação em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira, quando existem, são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio histórico da data em que ocorrem, sendo os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira, no final do exercício, atualizados para Escudos resultantes da aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço são registadas como ganhos ou perdas na demonstração dos resultados do exercício.

j) Gestão de Risco Financeiros

Existe uma exposição mediana da Entidade a riscos financeiros em virtude de parte das transações ser em moeda estrangeira e a Entidade ter contraído um financiamento bancário a juro ajustável. Sendo estes:

Risco Cambial

O risco cambial é baixo na medida em que existe uma paridade fixa, ou uma relação cambial estável com as principais moedas em que decorrem as transações externas, nomeadamente o Euro e o

Dólar, não obstante a maioria das prestações de serviços e financiamentos obtidos serem em Escudos cabo-verdianos;

k) Risco da Taxa de Juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a entidade sujeita ao risco da variação da taxa de juro, embora a mesma possa ser considerada mediana. Não existem “swaps” de taxas de juro;

l) Risco de Crédito

Não existe uma concentração dos riscos de crédito porque os Clientes são maioritariamente entidades públicas nacionais e minoritariamente entidades estrangeiras;

m) Risco de Liquidez

A Entidade não tem defrontado com problemas de maior de liquidez, tendo recorrido a financiamento bancário para fazer face a compromissos históricos, com um fornecedor de referência.

n) Benefícios aos Empregados

Em conformidade com o Decreto - Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro de 2007, que aprova o Código Laboral Cabo-verdiano, em vigor a partir de abril de 2008, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias remuneradas, anualmente, que se vencem no dia 01 de janeiro de cada ano, representando um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

A Entidade reconhece, em cada exercício, as responsabilidades que concernem aos gastos com as férias vencidas e não gozadas, até o final do mesmo exercício. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas no balanço na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

Os trabalhadores da entidade encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a entidade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

o) Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas e Imposto Diferido

De acordo com a lei nº 82/VII/2015, de 7 de janeiro que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas (CIRPC), a matéria coletável é determinada com base no resultado do exercício antes de imposto, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais.

A matéria coletável serve de base para o cálculo do imposto estimado no exercício que é acrescido do valor da tributação autónoma, a qual é regulada pelo artigo nº 89 do citado código do IRPC.

A taxa do IRPC em vigor é de 22% havendo um imposto de incêndio adicional de 2% sobre a coleta deste imposto. A taxa de tributação autónoma é de variável, acrescido de mais dez pontos percentuais, caso a matéria coletável seja negativa.

As declarações fiscais podem ser revistas pelo Serviço de Inspeção Tributária, num prazo até cinco anos, pelo que os resultados fiscais da empresa, dos últimos cinco exercícios, podem ser corrigidos para efeitos fiscais.

O prazo para o reporte dos prejuízos é de sete anos, mas, em cada ano, somente 50% dos lucros poderão cobrir prejuízos do período de reporte permitido.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Entidade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos, são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados, e estes são classificados como não corrente.

p) Capital Próprio

A rubrica capital próprio inclui o capital estatutário, outras variações no capital próprio, as reservas constituídas e os resultados do período, líquidos da estimativa dos impostos.

q) Rédito

O rédito das prestações de serviço refere-se ao valor das prestações de serviço líquido de descontos, devoluções e impostos. As prestações de serviço são reconhecidas com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

r) Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais.

NOTA 2 – Fluxo de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa os saldos Caixa e Depósitos bancários, que se encontram disponíveis para uso no curto prazo. Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos através dos registos contabilísticos da entidade.

NOTA 3 – Ativos Fixos Tangíveis

Os detalhes dos valores escriturados nas rubricas do ativo fixo tangível é o seguinte:

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativos	Outros AFT	Total
Posição em 1 de Janeiro de 2018							
Valor Aquisição ou Reavaliado	-	-	6 266 901,00	6 529 896,00	23 796 368,00	1 863 213,00	38 456 378,00
Registo de Terreno	22 036 676,00	-	-	-	-	-	22 036 676,00
Depreciação do Acumulada	-	-	-3 176 142,00	- 1 555 192,00	- 9 226 160,00	- 434 026,00	-14 391 520,00
Valor Escriturado	22 036 676,00	-	3 090 759,00	4 974 704,00	14 570 208,00	1 429 187,00	46 101 534,00
Variações Em 2018							
Valor Líquido Inicial	22 036 676,00	-	3 090 759,00	4 974 704,00	14 570 208,00	1 429 187,00	46 101 534,00
Aquisições do Exercício	-	-	512 323,00	-	230 712,00	226 889,00	969 924,00
Correções/Anulações	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do Período	-	-	-1 566 725,00	- 1 239 987,00	- 8 399 120,00	- 49 103,00	-11 254 935,00
Valor Líquido	22 036 676,00	-	2 036 357,00	3 734 717,00	6 401 800,00	1 606 973,00	35 816 523,00
Posição em 1 de Janeiro de 2019							
Valor Líquido Inicial	22 036 676,00	-	2 036 357,00	3 734 717,00	6 401 800,00	1 606 973,00	35 816 523,00
Aquisições do Exercício	-	-	-	-	1 546 164,00	2 819 523,00	4 365 687,00
Correções/Anulações	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações do Período	-	-	-1 630 764,00	- 674 988,00	- 4 318 702,00	- 467 023,00	- 7 091 477,00
Valor Escriturado (31 Dezembro 2019)	22 036 676,00	-	405 593,00	3 059 729,00	3 629 262,00	3 959 473,00	33 090 733,00

NOTA 4 – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis decompõem-se no seguinte:

Descrição	PROGRAMAS DE COMPUTADOR			Total
	Oracle	Primavera	Software Hardware	
Posição em 1 de Janeiro de 2018				
Valor Aquisição ou Reavaliado	168 491 095,00	486 264,00	9 995 666,00	178 973 025,00
Depreciação do Acumulada	- 112 316 164,00	- 162 072,00	- 3 579 947,00	- 116 058 183,00
Valor Escriturado	56 174 931,00	324 192,00	6 415 719,00	62 914 842,00
Variações Em 2018				
Valor Líquido Inicial	56 174 931,00	324 192,00	6 415 719,00	62 914 842,00
Aquisições do Exercício	-	-	-	-
Depreciação do Período	- 56 158 082,00	- 153 011,00	- 1 000 123,00	- 57 311 216,00
Valor Líquido	16 849,00	171 181,00	5 415 596,00	5 603 626,00
Posição em 1 de Janeiro de 2019				
Valor Líquido Inicial	16 849,00	171 181,00	5 415 596,00	5 603 626,00
Aquisições do Exercício	-	-	56 566,00	56 566,00
Depreciações do Período	- 16 849,00	- 162 116,00	- 3 348 837,00	- 3 527 802,00
Valor Escriturado (31 Dezembro 2019)	-	9 065,00	2 123 325,00	2 132 390,00

A rubrica Ativos Intangíveis, no montante de 2.132.390 CVE, inclui essencialmente, os Software Hardware e o programa Primavera, amortizados de acordo com a tabela e vigor.

NOTA 5 – Clientes

O detalhe do valor escriturado na rubrica Cliente é o seguinte:

	2019	2018
Clientes c/c em Moeda Nacional	532 270 248,00	443 935 973,00
Clientes c/c em Moeda Estrangeira	103 327 903,00	102 243 133,00
Total	635 598 151,00	546 179 106,00

Em 2019 a dívida dos Clientes teve um acréscimo de 16% correspondente ao valor de 89.419.045 CVE sendo estes Clientes maioritariamente Câmaras Municipais.

NOTA 6 – Estado e Outros Entes Públicos

O detalhe do valor escriturado na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos do ativo, é o seguinte:

Estado e Outros Entes Público	2019	2018
IRPC a Recuperar	5 088 119,00	-
IVA a Recuperar	14 667 496,00	12 653 544,00
IVA Reg. A Favor da Instituição	-	1 364 199,00
IRPS do Exercício 2016	-	305 419,00
Total EOEP	19 755 615,00	14 323 162,00

NOTA 7 – Diferimentos

O valor da rubrica diferimentos refere-se a gastos com licenças de software, relativos ao exercício de 2019, pagos no corrente exercício, o qual vem sendo assumidos pelo Estado a favor do NOSi. Ao serem reconhecidos os gastos no exercício de 2019 os diferimentos ativos serão regularizados por contrapartida da rubrica de gastos respetivos e os diferimentos passivos regularizados por contrapartida da rubrica de rendimentos Subsídios à Exploração.

NOTA 8 – Outras Contas a Receber

	2019	2018
(i) Devedores Diversos Nacionais	212 594 518,00	123 673 524,00
(ii) Devedores Diversos Internacionais	121 434,00	11 265,00
(iii) Credores Diversos Nacionais	69 440,00	264 651,00
Outros Ativos Não Correntes	-	3 652 586,00
(iv) Pessoal	12 517,00	-
Total	212 797 909,00	127 602 026,00

- i. O saldo da rubrica Devedores Diversos Nacionais refere-se ao montante por receber do Ministério das Finanças no valor de 211.872.961 CVE, sendo o remanescente valores reduzidos referente a outros devedores.
- ii. O saldo da rubrica Devedores Diversos Internacional refere-se ao montante por receber de Projeto Plataforma E-Bau no valor de 121.434 CVE, no âmbito das despesas realizadas pelo NOSi a favor do Colaborador de E-Bau.

- iii. O saldo da rubrica Credores Diversos Nacionais corresponde a descontos a menos feitos aos prestadores de serviços.
- iv. O saldo da rubrica Pessoal corresponde a um adiantamento feito a um funcionário para atualização da carta de condução.

NOTA 9 – Caixa e Depósitos Bancários

O detalhe do valor escriturado nesta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

	2019	2018
Caixa Principal	-	3 000,00
Fundo Caixa	51 000,00	50 000,00
Banco Comercial do Atlântico	17 880 416,00	3 119 065,00
Caixa Económica de Cabo Verde	33 667 075,00	37 427 385,00
Banco Africano de Investimento	1 408 173,00	267 144,00
Banco do Tesouro	-	3 845,00
Banco de Cabo Verde	-	1 864 872,00
	53 006 664,00	42 735 311,00

NOTA 10 – Capital Próprio

Os movimentos Registados em 2019 e em 2018 nesta rubrica, encontram-se evidenciados na Demonstração de Alteração de Capital Próprio.

Alguns dos ativos são apresentados nas respetivas rubricas com contrapartida na rubrica de Capital Próprio e Outras variações do capital próprio, sendo depreciados na mesma base e às mesmas taxas que os restantes bens de natureza idêntica adquiridos pelo NOSi, E.P.E.

NOTA 11 – Financiamento Obtido

À data do balanço, a conta Financiamentos Obtidos apresenta saldo credor no valor de 168.491.095 CVE. Esse montante é relativo ao empréstimo contraído junto da Caixa Económica, tendo como garantia uma carta conforto do Estado, datada de 16/11/2016, em que dá o aval no âmbito da operação de pagamento da dívida das Licenças das Soluções ORACLE. A taxa de juro é de 7%. De

acordo com o contrato de financiamento, o capital mutuado será amortizado integralmente no dia 25/11/2022, sendo os juros pagos com periodicidade mensal.

NOTA 12 – Fornecedores

O saldo da rubrica de fornecedores refere-se as seguintes dividas:

	2019	2018
Fornecedores c/c em Moeda Nacional	347 472 098,00	216 760 016,00
Fornecedores c/c em Moeda Estrangeira	65 133 754,00	60 668 571,00
Total	412 605 852,00	277 428 587,00

Em 2019 a divida para com os Fornecedores teve um acréscimo de 49%, correspondente ao valor de 135.177.265 CVE, sendo os fornecedores com maior peso, a Electra, a CVNet, a INCV, a ASA, e a Liferay.

NOTA 13 – Estado e outros Entes Públicos

Estado e Outros Entes Público	2019	2018
IRPS - Pessoal Dependente (a)	1 926 917,00	2 171 285,00
IRPS - Pessoal Dependente Exercício Anterior	-	1 509 108,00
IRPS - Pessoal Independente (b)	86 207,00	322 726,00
IRPS - Predial (c)	60 000,00	63 930,00
INPS - Segurança Social (d)	4 810 836,00	4 786 838,00
INPS - Segurança Social Exercício Anterior	-	4 989 291,00
IRPC - Imposto S/Rendimento (e)	5 894 559,00	114 096,00
Derrama (f)	117 891,00	2 281,00
Tributação Autónoma (g)	124 569,00	33 513,00
Total EOEP	13 020 979,00	13 993 068,00

a) IRPS – Pessoal Dependente

À data do balanço, o saldo credor da conta IRPS - Pessoal Dependente, representa dívidas para com DNRE no valor de 1.926.917 CVE a serem regularizadas nos meses seguintes.

c) IRPS – Pessoal Independente

À data de balanço o saldo credor de 86.207 CVE da conta IRPS – Pessoal Independente correspondem as retenções efetuadas no processamento dos honorários do pessoal independente, a serem regularizados nos meses seguintes.

d) IRPS – Predial

À data de balanço o saldo credor de 60.000 CEV da conta IRPS – Rendimentos Prediais correspondem às retenções do exercício anterior efetuadas a menos e pagas a menos à DNRE, a serem regularizados nos meses seguintes.

e) INPS – Segurança Social

À data de balanço o saldo credor de 4.810.836 CVE corresponde ao saldo de Contribuições para Segurança Social a ser pago nos meses seguintes.

f) IRPC – Imposto S/ Rendimento

À data de balanço o saldo credor de 5.894.559 CVE corresponde ao imposto corrente apurado no exercício de 2019 a ser entregue ao Fisco.

g) Derrama

À data de balanço o saldo credor de 117.891 CVE corresponde à derrama apurada no exercício de 2019, a ser pago ao Fisco.

h) Tributação Autónoma

À data de balanço o saldo credor de 124.569 CVE corresponde à tributação autónoma apurada no exercício de 2019, a ser pago ao Fisco.

NOTA 14 – Outras Contas a Pagar

O saldo decompõe-se como segue:

	2019	2018
Credores Diversos	38 219 872,00	20 557 428,00
Total	38 219 872,00	20 557 428,00

À data do balanço o saldo credor no valor de 18.134.280 CVE, registado na rubrica Acréscimo de Férias, reflete a previsão dos gastos com o pessoal relativos a férias, bem como outros pequenos valores a pagar.

NOTA 15 – Vendas e Prestações de Serviços

Prestações de Serviços	2019	2018
Housing	19 473 099,00	19 846 509,00
IAAS	39 796 301,00	29 978 612,00
SAAS	11 297 565,00	12 082 653,00
Bundled	26 907 346,00	54 092 502,00
Consultorias	55 092 044,00	6 647 702,00
PaaS	3 492 481,00	5 779 969,00
Manutenção de Aplicação	352 378,00	28 370 545,00
Manutenção de Licenças	1 434 512,00	366 811,00
Outros	101 044 802,00	152 407 108,00
Desenvolvimento Software	4 397 077,00	11 244 131,00
Serviço MF	260 965 224,00	260 965 224,00
Aluguer Equipamentos	4 197 739,00	2 855 566,00
Total Prestação de Serviço	528 450 568,00	556 266 787,00

NOTA 16 – Subsídio à Exploração

Os Subsídios à Exploração, concedidos pelo Estado e Outras Entidades ao NOSi em 2018, e 2019, tem como finalidade o pagamento de parte de Licenças Microsoft e Aluguer de Circuitos e Internet à CV Telecom e CV Multimédia.

NOTA 17 – Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe do valor escriturado na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos é o seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	2019	2018
Água	2 227 924,00	1 552 972,00
Electricidade	40 780 539,00	35 381 483,00
Combustível e Outros Fluidos	1 741 934,00	1 694 876,00
Conservação e Reparação	14 685 030,00	27 034 637,00
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	922 096,00	1 609 515,00
Material de Escritório	483 576,00	496 264,00
Publicidade e Propaganda	914 352,00	777 816,00
Livros, Jornal e Documentação	22 000,00	8 000,00
Limpeza, Higiene e Conforto	2 657 798,00	2 066 366,00
Transporte de Carga	65 000,00	2 440 642,00
Rendas e Alugueres	124 542 784,00	124 061 319,00
Despesas de Representação	13 640,00	670 257,00
Despacho/Armazenagem	9 011,00	2 898 612,00
Comunicação	101 630 254,00	92 670 960,00
Seguros	594 342,00	1 377 377,00
Filmagem (Cobertura e Edição)	236 800,00	128 000,00
Vigilância e Segurança	4 440 000,00	4 240 000,00
Royalties	70 048 262,00	60 804 167,00
Serviços Informáticos	60 000,00	-
Serviço Especializado	17 965 330,00	5 508 214,00
Deslocação e Estadas	9 057 429,00	12 658 656,00
Honorários	5 763 840,00	9 696 200,00
Contencioso e Notariado	40 936,00	15 050,00
Transporte de Pessoal	262 881,00	313 632,00
Despesas com Serviço Bancários	257 213,00	289 779,00
Equipamento de Baixo Valor	433 134,00	193 681,00
Outros Fornecimentos e Serviços	2 706 646,00	4 761 974,00
Total FSE	402 562 751,00	393 350 449,00

NOTA 18 – Pessoal

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

Gastos Com Pessoal	2019	2018
Ordenado dos Órgãos Sociais	10 555 667,00	10 080 000,00
Subsídios de Transporte	20 000,00	-
Remuneração ao Pessoal	204 862 426,00	202 679 529,00
Indemnizações	-	650 000,00
Encargos Sobre Remunerações	35 113 955,00	-
Outros Gastos com o Pessoal	18 716 613,00	5 615 564,00
Formação	5 011 493,00	225 287,00
Órgãos Sociais	-	1 612 800,00
Pessoal	-	32 940 067,00
Seguro Acidente de Trabalho	422 949,00	378 943,00
Total Gastos com Pessoal	274 703 103,00	254 182 190,00

A rubrica de Gastos com pessoal inclui, essencialmente, as remunerações dos órgãos sociais, as remunerações do pessoal, incluindo os subsídios, os encargos sobre remunerações, que se referem à contribuição patronal para a previdência social, indemnizações e diversos, mormente reconhecimento público e gastos com formação do pessoal.

NOTA 19 – Outros Rendimentos e Ganhos

Decompõem-se como se segue:

	2019	2018
Outros Rendimentos	12 968 705,00	3 478 563,00
Total Outros Rendimentos	12 968 705,00	3 478 563,00

NOTA 20 – Outros Gastos e Perdas

A rubrica de Outros Gastos e Perdas inclui, essencialmente, imposto selo, taxas, donativos, quotizações e outros gastos dos exercícios anteriores, conforme detalhado abaixo:

Outros Gastos e Perdas	2019	2018
Imposto Selo	1 412 867,00	1 411 549,00
Taxas	169 620,00	500 810,00
Quotizações	54 750,00	67 200,00
Donativos	897 956,00	344 783,00
Gastos do Exercício Anterior	4 319 779,00	268 387,00
Total Outros Gastos e Perdas	6 854 972,00	2 592 729,00

NOTA 21 – Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortizações

Esta rubrica refere-se aos gastos com depreciação e amortização, conforme detalhado abaixo:

	2019	2018
Gastos c/Depreciação e Amortização	11 237 469,00	67 417 873,00
Total Gastos c/Dep. E Amortização	11 237 469,00	67 417 873,00

NOTA 22 – Juros e Perdas Similares

Refere-se aos juros e encargos suportados no âmbito do empréstimo obtido junto à Caixa Económica de Cabo Verde, conforme detalhado abaixo:

	2019	2018
Juros e Encargos Suportados	11 902 485,00	11 811 465,00
Total Juros e Encargos Suportados	11 902 485,00	11 811 465,00

NOTA 23 – Resultado Líquido

O valor desta rubrica foi calculado da seguinte forma:

	2019	2018
Rendimentos	740 281 443,00	737 967 668,00
Gastos	- 707 260 780,00	- 729 354 706,00
Resultado Antes Imposto	33 020 663,00	8 612 962,00
IRPC a Pagar	5 894 559,00	114 096,00
Derrama	117 891,00	2 282,00
Tributação Autónoma	124 569,00	33 513,00
Imposto a Pagar	6 137 019,00	149 891,00
Resultado Líquido	26 883 644,00	8 463 071,00

NOTA 24 – Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais Não Reconhecidos nem Divulgados Noutras Notas

Não são conhecidos quaisquer passivos contingentes.

NOTA 25 – Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Não foram identificadas nenhuma.

NOTA 26 – Outras Informações Cujas Divulgações sejam Consideradas Relevantes para Melhor Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados

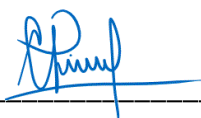
Não foram, identificadas nenhuma.

NOTA 27 – Eventos Subsequentes

Tendo em conta a situação atual onde o COVID-19 foi declarado pela Organização Mundial da Saúde como uma pandemia, desde 11 de março de 2020, e com isto originando uma interrupção abrupta da economia mundial, Cabo Verde não foi uma exceção.

Embora haja muita incerteza destes eventos, onde não podemos estimar os impactos futuros do coronavírus a nível da economia do país, e do impacto direto na própria empresa, e ainda que este impacto venha a ser significativo, não se espera que coloque em causa a continuidade das operações, nem os compromissos financeiros assumidos pelo NOSi.

Além do facto acima descrito, não se verificou qualquer outro acontecimento ocorrido após 31 de dezembro de 2019 que possam influenciar de forma significativa nas contas apresentadas ou que justifique a sua menção.



CARLOS ALBERTO TAVARES PINA
(Presidente do Conselho de Administração)



MAYRA SUELY SANTOS SILVA
(Administradora Executiva)



VICTOR MANUEL LOPES VARELA
(Administrador Executivo)



JOÃO EMANUEL DE PINA
(Diretor de Finanças e Procurement)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Sócios,

Em cumprimento do disposto no artigo 222 n.º 1 conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 223 do Código das Sociedades Comerciais e do mandato conferido, compete ao Fiscal Único (FU) emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial (NOSI, E.P.E), conforme previsto no artigo 32º dos Estatutos da NOSI, aprovados pelo Decreto-lei nº13/2014.

No decurso do exercício, acompanhou-se a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Inteirou-se das principais decisões do Conselho de Administração, lavradas em atas de reuniões desse órgão, com vista a garantir a observância da lei e dos estatutos;
- ▶ Verificou-se, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, tendo analisado o processo de controlo orçamental e de execução do plano de atividades;
- ▶ Verificou-se, quando julgado conveniente, da forma adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificou-se o cumprimento das obrigações fiscais e parafiscais;
- ▶ Verificou-se a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificou-se que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Confirma-se que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguou-se da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Tendo em consideração as limitações dos procedimentos de auditoria adotados pelos auditores externos, e de modo complementar a referida ação fiscalizadora, procedeu-se à circularização dos Bancos e do departamento jurídico, não tendo verificado nenhuma situação digna de menção e que não esteja refletida na referida Conta de Gerência;
- ▶ Cumpru-se as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso do ato de verificação e validação efetuados com vista ao cumprimento das obrigações de fiscalização, obteve-se do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos considerados necessários.

No âmbito do trabalho de auditoria às contas que foi efetuada pela Sociedade JPS & Associados - Auditores e Contabilidade, Sociedade Unipessoal, Lda, representada pelo Auditor Certificado Jose Pires dos Santos, foi emitida o correspondente Relatório de Auditoria sem reservas e com ênfase relativa à incerteza do impacto da pandemia COVID 19.

Efetivamente, os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia COVID 19 têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações, merecendo especial atenção e acompanhamento.

Face ao exposto decidiu-se emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Sócios,

Procedeu-se à ação de fiscalização do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial (NOSI, E.P.E), e nos termos dos artigos 222 e 223 do Código das Sociedades Comerciais e conforme previsto no artigo 32º dos referidos Estatutos, em resultado da qual emite-se parecer que:

- (a) O Relatório de Gestão do exercício de 2019 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais, e
- (b) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2019, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Praia, 27 de julho de 2020

O Fiscal Único



Luis Alberto da Silva Aguiar
Auditor Certificado nº 41
Registado na OPACC

Relatórios, Parecer às Contas e Anexos

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria



*JPS & Associados - Auditoria e Contabilidade
Sociedade Unipessoal, Lda*

Ao Conselho de Administração do
Núcleo Operacional da Sociedade de
Informação - NOSi, EPE,
Avenida Cidade de Lisboa,
Cidade da Praia - Ilha de Santiago

Praia, 02 de junho de 2020

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião do Auditor

Auditámos as demonstrações financeiras do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação - NOSi, EPE, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 962.759.554 escudos e um total de capital próprio positivo de 330.421.756 escudos, incluindo um resultado líquido positivo de 26.883.644 escudos), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras.



JPS & Associados - Auditoria e Contabilidade
Sociedade Unipessoal, Lda

Em nossa opinião, estas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os seus aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do NOSi, EPE, em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde, corporizados no Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/2008, de 05 de Fevereiro.

Base para a opinião:

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA's).

As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da sociedade de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria das demonstrações financeiras e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase:

No dia 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou emergência de saúde pública de âmbito internacional na sequência da notificação do coronavírus que a China fez em 30 de dezembro de 2019 e, no dia 11 de março de 2020 a OMS declarou o coronavírus como uma pandemia global.



JPS & Associados - Auditoria e Contabilidade
Sociedade Unipessoal, Lda

Desde então tem conhecido uma evolução, sem precedentes, com níveis de crescimento exponencial, atingindo quase todos os países do mundo, Incluindo Cabo Verde, onde o Governo declarou estado de calamidade em 26 de março de 2020, seguido da declaração de estado de emergência, pelo Presidente da República.

A pandemia do covid19 tem provocado uma crise económica a nível mundial, sem precedentes, conduzindo a economia global para níveis de risco e de incertezas muito elevados, com impactos económicos extremamente adversos para as empresas, nesse contexto económico de enorme incerteza.

Este ambiente de incerteza vai atingir duramente o futuro das empresas, fundamentalmente, nesses dois próximos exercícios.

Assim, é recomendável que as empresas elaborem planos de contingência com o objetivo de prever e minimizar o impacto adverso dessas incertezas nas suas atividades económicas.

Responsabilidades do órgão de gestão na preparação das Demonstrações Financeiras:

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação e apropriada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro em vigor em Cabo Verde e pelo controlo interno que este órgão determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação - NOSi, EPE.



JPS & Associados - Auditoria e Contabilidade
Sociedade Unipessoal, Lda

Responsabilidades do auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:

A nossa auditoria foi desenvolvida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs).

Somos independentes do NOSi, EPE, - Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, de acordo com os requisitos do código de ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e, cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Praia, 02 de junho, de 2020



/José Pires dos Santos/
(Auditor Certificado – Cédula Profissional nº 0005)

Constatações do Auditor Independente



*JPS & Associados - Auditoria e Contabilidade
Sociedade Unipessoal, Lda*

Ao Conselho de Administração do
Núcleo Operacional da Sociedade de
Informação - NOSi, EPE,
Avenida Cidade de Lisboa,
Cidade da Praia - Ilha de Santiago

Praia, 02 de junho de 2020

NOTA DAS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES e RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA

O trabalho de auditoria financeira que realizamos possibilitou-nos identificar e elaborar uma listagem de alertas relevantes, que descrevemos abaixo. No entanto, queremos realçar que as situações abaixo descritas não afetam a nossa opinião já, expressa, sobre as Demonstrações Financeiras do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação - NOSi, EPE, no exercício findo a 31 de dezembro de 2019.

Passamos a descrever as principais constatações identificadas e as respetivas recomendações:



JPS & Associados - Auditoria e Contabilidade
Sociedade Unipessoal, Lda

I. Constatações:

1. Necessidade de redução do montante global do crédito concedido a clientes c/c, em moeda nacional:

Constatamos que no exercício de 2019, as dívidas a receber de clientes ascendem a 635.598.151 CVE (546.179.106 CVE, em 31/12/18), tendo sofrido um aumento de 89.419.045 CVE, correspondentes a 16,4%.

Essa dívida a receber de clientes, desdobra-se em clientes em Moeda Nacional, com um saldo de 532.367.084 CVE (correspondentes a 83,8% do total a cobrar dos clientes), e clientes em Moeda Estrangeira, com um saldo de 103.327.903 CVE (correspondentes a 16,2% do total das dívidas a cobrar dos clientes).

Na perspetiva de uma análise global, as dívidas a receber em moeda nacional, desdobram-se em dois grandes grupos:

➤ Câmaras Municipais	167.589.155 CVE
➤ Outras entidades do SPE	364.377.929 CVE

Nas Câmaras Municipais, merecem destaque especial:

➤ A Câmara Municipal da Praia	47.017.849 CVE
➤ A Câmara Municipal do Sal	14.318.669 CVE
➤ A Câmara Municipal de SV	9.309.844 CVE

Nas Outras Entidades do Setor Público Estatal, merecem uma atenção especial:



JPS & Associados - Auditoria e Contabilidade
Sociedade Unipessoal, Lda

➤ A Casa do Cidadão	11.724.784 CVE
➤ Direção Geral dos Transp	13.508.131 CVE
➤ Instituto Nacional de Gestão	10.727.191 CVE
➤ Ministério das Finanças	13.772.630 CVE
➤ Polícia Nacional	10.230.377 CVE
➤ Sistema Nacional de Identif.	41.653.000 CVE
➤ Direção de Estrang e Front	77.585.530 CVE
➤ Direção Geral Telecomunicações	46.429.645 CVE

2. Dívidas a cobrar de clientes em moeda estrangeira, com indícios de fraca rotatividade em termos de cobranças:
 Numa análise global, as dívidas a receber em moeda estrangeira, desdobram-se, essencialmente, como segue:

➤ Guiné Equatorial	57.889.125 CVE
➤ Guiatel-Serv. Telucomunic	17.069.848 CVE
➤ ECOWAS Commission	23.234.006 CVE

A dívida da Guiné Equatorial que representa 56% do total das dívidas a receber dos clientes em moeda estrangeira, apresenta-se sem qualquer movimento, há já, pelo menos, mais de um ano, o que representa fortes indícios de se constituir uma imparidade em contas a receber de clientes.

A dívida da GuiaTel-Serviços de Telecomunicações, SA, que representa 17% do total das dívidas a receber dos clientes em moeda estrangeira, iniciou o ano de 2019 com uma dívida de 24.809.628 CVE, pagou o montante de 7.739.780 CVE, durante o ano de 2019 (isto é, apenas 31% da dívida), ficando o saldo de 17.069.848, correspondentes a 69% da dívida, por pagar.



*JPS & Associados - Auditoria e Contabilidade
Sociedade Unipessoal, Lda*

A dívida da ECOWAS Commission que representa 23% do total das dívidas a receber dos clientes em moeda estrangeira, iniciou o ano de 2019 com uma dívida de 13.565.910 CVE, o NOSi, EPE, faturou-lhes o montante de 12.233.900 CVE. ECOWAS pagou o montante de 2.265.804 CVE, durante o ano de 2019 (apenas 17% do saldo de abertura), ficando o saldo devedor de 23.234.006 CVE, correspondentes a 83% do saldo de abertura, no montante de 11.300.105 CVE, acrescidos da totalidade da faturação de 2019, no montante de 12.233.900 CVE.

O remanescente residual da dívida a receber de clientes em moeda estrangeira, no montante de 5.134.924 CVE, correspondentes a 5% do total das dívidas a receber dos clientes em moeda estrangeira, são, na sua quase totalidade, dívidas com prazo superior a um ano (tiveram apenas o movimento de abertura em 01/01/2019, sem qualquer outro durante o ano), o que representa um elevado risco de incobrabilidade, e, eventual necessidade de serem consideradas imparidades.

- 3. Não encontramos evidências de que existe um PCSS aprovado para a NOSi, EPE:** No processo de desenvolvimento do nosso trabalho de auditoria, constatamos que não existe um PCSS aprovado para a NOSi, EPE.

Tratando-se de uma unidade empresarial com um quadro do pessoal superior a 200 (duzentos), é fundamental que haja um quadro claro que define as várias etapas do desenvolvimento na empresa, desde o momento da admissão, avaliação do desempenho, e progressão na carreira.



JPS & Associados - Auditoria e Contabilidade
Sociedade Unipessoal, Lda

II. Recomendações:

1. Referente ao ponto 1 das constatações - **Necessidade de redução do montante global do crédito concedido a clientes c/c, em moeda nacional** – Face ao elevado montante global do crédito concedido a clientes c/c, em moeda nacional, mais concretamente, as Câmaras Municipais e as Outras Entidades do Setor Público: (i) com tendência de crescimento e (ii) com forte impacto negativo na tesouraria (liquidez) do NOSi, recomendamos que, não obstante o esforço da gestão em manter os equilíbrios financeiros a um nível adequado, se desenvolva mais esforços no sentido da recuperação destas dívidas de clientes.
2. No tocante ao ponto 2 das constatações - **Dívidas de clientes em moeda estrangeira, com indícios de fraca rotatividade em termos de cobranças:**
 - 2.1. Guiné Equatorial - Relativamente à dívida da Guiné Equatorial, sem qualquer movimento há pelo menos mais de um ano, recomendamos à gestão que desenvolva esforços adicionais no sentido de se cobrar a dívida, sob pena de ser necessária a constituição obrigatória de imparidade.
 - 2.2. GuiaTel-Serviços de Telecomunicações, SA, recomendamos que se desenvolvam ações com o objetivo de acelerar as cobranças deste cliente e



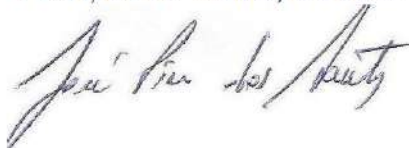
JPS & Associados - Auditoria e Contabilidade
Sociedade Unipessoal, Lda

reduzir os riscos de a dívida vir a transformar-se em imparidades.

- 2.3. ECOWAS Commission – De igual modo recomendamos que se desenvolvam ações com o objetivo de acelerar as cobranças deste cliente e reduzir, deste modo, os riscos de a dívida vir a transformar-se em imparidades.
- 2.4. As mesmas recomendações para o remanescente residual da dívida a receber de clientes em moeda estrangeira.

3. Relativamente ao ponto 3 das constatações - **Não encontramos evidências de que existe um PCCS aprovado para a NOSi, EPE:** Recomendamos que seja implementado um Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) no NOSi, que irá contribuir para melhorar o processo de gestão do pessoal.

Praia, 02 de Junho, de 2020



/José Pires dos Santos/
(Auditor Certificado – Cédula Profissional nº 0005)